

Despacho n.º 50/2020

Considerando que:

- . O candidato **Luís Carlos Ribeiro Gonçalves Silva**, docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Fiscalidade;
- . De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.º série, n.º 111 de 9 de junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;
- . Por força dos normativos legais supra citados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o Presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

Pelo presente Despacho:

Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área de Fiscalidade, no Professor José Augusto Rosa Bastos, Vice-Presidente deste Instituto.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:



- Carlos Alberto Fernandes Sampaio, Professor Adjunto Convidado, proposto pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Rute Maria Gomes de Abreu, Professora Coordenadora, proposta pela Instituto Politécnico da Guarda, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Luís Filipe Pinto Gomes Ambrósio, Professor Adjunto Convidado, proposto pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- José Domingos da Silva Fernandes, proposto pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Luís Filipe da Costa Ferreira Esteves, proposto pela Ordem dos Contabilistas Certificados, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.

Viseu,

O Presidente do IPV,

(João Monney Paiva)